

ECOPEDAGOGIA E EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE (*)

Moacir Gadotti

Instituto Paulo Freire

Universidade de São Paulo

“A consciência ecológica levanta-nos um problema duma profundidade e duma vastidão extraordinárias. Temos de defrontar ao mesmo tempo o problema da Vida no planeta Terra, o problema da sociedade moderna e o problema do destino do Homem. Isto obriga-nos a repor em questão a própria orientação da civilização ocidental. Na aurora do terceiro milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, inventar, sobreviver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado” - Edgar Morin, apud Antônio LAGO, 1984, p. 6.

“Devolver a las futuras generaciones el PLANETA TIERRA mejor de como lo recibimos, es un reto histórico y lograrlo nos da autoridad para disfrutar responsablemente sus bellezas” (Inscrição feita num saco de papel reciclado encontrado num supermercado na Costa Rica).

*“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer.
Porque eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura...”*

Fernando Pessoa

As reflexões que se seguem são o primeiro resultado dos debates que estamos mantendo nas sedes do Instituto Paulo Freire (IPF), em diversas partes do mundo, sobre os **novos paradigmas em educação**. Ao colocar essas primeiras idéias em debate, o IPF objetiva compreender melhor o papel de educação na construção de um desenvolvimento com justiça social - centrado nas necessidades humanas e não no capital - e que, ao mesmo tempo, não agrida o meio ambiente. Espera com isso poder ampliar os contatos com outras pessoas, principalmente ecologistas e educadores, preocupados com o mesmo tema, após a realização em nosso país da **Rio+5**, ponto de partida de uma campanha global para mover o desenvolvimento sustentável da **Agenda 21** (Rio-92) para à ação, em preparação para o próximo milênio.

Não pretendo com essa introdução defender uma tese, mas colocar um tema em discussão. Para isso procurei recolher alguns elementos da minha experiência e reflexão, apoiando-me no material disponível, principalmente os textos de Francisco Gutiérrez, diretor do Instituto Paulo Freire da Costa Rica. Dele ouvi pela primeira vez, em 1992, a palavra “ecopedagogia”. Tenho também recebido várias contribuições de Cruz Prado, diretora do ILPEC (Instituto Latino-americano de Pedagogia da

(*) Tratei deste tema em diversas oportunidades. Valeu-me muito a participação na Rio-92 e na Rio+5 para desenvolver o conteúdo deste texto. Uma primeira versão apareceu na **Revista Escola Pública** da Universidade Federal do Mato Grosso (vol. 2, no. 2, out. 1993). O primeiro debate público sobre o tema foi feito no **Congresso Internacional de Educação** organizado pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, em dezembro de 1996 e posteriormente na **Conferência Continental das Américas** em dezembro de 1998, em Cuiabá (MT).

Comunicação) - também da Costa Rica - e de Fábio Cascino, educador, ecologista e membro do Instituto Paulo Freire e que está preparando uma tese sobre o tema na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1 - Educação e sustentabilidade

Para entender o que é ecopedagogia precisamos entender o que é pedagogia e o que é sustentabilidade.

Nos livros de Francisco Gutiérrez e Daniel Prieto sobre a “mediação pedagógica” (1994 e 1994a), os autores definem pedagogia como o trabalho de promoção da aprendizagem através de recursos necessários ao processo educativo no cotidiano das pessoas. Para eles, a vida cotidiana é o lugar do sentido da pedagogia pois a condição humana passa inexoravelmente por ela. A mídia eletrônica, nos interligando ao mundo todo não anula esse lugar pois “a revolução eletrônica cria um espaço acústico capaz de globalizar os acontecimentos cotidianos” (GUTIÉRREZ, 1996:12) tornando o local global e o global local. É o que chamamos, nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) de “*glocal*”. O cotidiano e a história fundem-se num todo. A *cidadania ambiental* local torna-se também *cidadania planetária*.

Mas “não podemos falar em cidadania planetária excluindo a dimensão social do desenvolvimento sustentável” (GUTIÉRREZ, 1996:13). Essa advertência de Francisco Gutiérrez é importante pois é preciso distinguir um **ecologismo elitista** e idealista, de um **ecologismo crítico** que coloca o ser humano no centro do bem-estar do planeta. Só que “o bem-estar não pode ser só social, tem de ser também sócio-cósmico”, como afirma Leonardo Boff (1996:3). O planeta é a minha casa, a Terra o meu endereço. Como posso viver bem numa casa mal arrumada, mal cheirosa, poluída e doente?

Para Francisco Gutiérrez, parece impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o desenvolvimento sustentável. Para ele, o desenvolvimento sustentável requer quatro condições básicas. Ele deve ser: a) economicamente factível; b) ecologicamente apropriado; c) socialmente justo; e d) culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação de gênero.

Essas condições do desenvolvimento sustentável são suficientemente claras. Elas são auto-explicativas. O desenvolvimento sustentável, mais do que um *conceito científico*, é uma idéia-força, uma idéia mobilizadora, deste final de século. A escala local tem que ser compatível com uma escala planetária. Daí a importância da articulação com o poder público. As pessoas, a Sociedade Civil em parceria com o Estado, precisam dar sua parcela de contribuição para criar cidades e campos saudáveis, sustentáveis, isto é, com qualidade de vida.

Em seu livro *Pedagogia para el Desarrollo Sostenible* (1994), Francisco Gutiérrez denomina “desenvolvimento sustentável” como aquele que apresenta algumas características (ou “chaves pedagógicas”) que se completam entre elas numa dimensão maior (*holística*) e que apontam para novas formas de vida do “cidadão ambiental”:

1ª - **Promoção da vida** para desenvolver o *sentido da existência*. Devemos partir de uma cosmovisão que vê a Terra como um “único organismo vivo”. Entender com profundidade o planeta nessa perspectiva implica uma revisão de nossa própria cultura ocidental, fragmentária e reducionista, que considera a Terra um ser inanimado a ser “conquistado” pelo homem.

Uma visão que se contrapõe à cultura ocidental imperialista, que nos causa impacto, pela maneira peculiar com que se relaciona com a natureza, é a filosofia maia. Ao invés de agredir a Terra para conquistá-la, os maias, antes de ará-la para “cultivá-la”

(= cultuá-la), eles fazem uma cerimônia religiosa na qual pedem perdão à Mãe Terra por ter que agredi-la com o arado para dela tirarem o seu sustento.

2^a - **Equilíbrio dinâmico** para desenvolver a *sensibilidade social*. Por equilíbrio dinâmico Gutiérrez entende a necessidade que o desenvolvimento econômico deve ter de preservar os ecossistemas.

3^a - **Congruência harmônica** que desenvolve a *ternura* e o *estranhamento* (“assombro”, capacidade de deslumbramento) e que significa sentir-nos como mais um ser - embora privilegiado - do planeta, convivendo com outros seres animados e inanimados. Segundo Gutiérrez, “na busca desta harmonia será preciso uma maior vibração e vinculação emocional com a Terra” (1994:19). “Na construção de nossas vidas, como cidadãos ambientais, não podemos seguir, como até agora, excluindo toda retroalimentação ao sentir, a emoção, e a intuição como fundamento da relação entre os seres humanos e a natureza” (GUTIÉRREZ, 1996:17).

4^a - **Ética integral**, isto é, um conjunto de valores - consciência ecológica - que dão sentido ao equilíbrio dinâmico e à congruência harmônica e que desenvolve a capacidade de *auto-realização*.

5^a - **Racionalidade intuitiva** que desenvolve a capacidade de *atuar como um ser humano integral*. A racionalidade técnica que fundamenta o desenvolvimento desequilibrado e irracional da economia clássica precisa ser substituída por uma racionalidade emancipadora, intuitiva, que conhece os limites da lógica e não ignora a afetividade, a vida, a subjetividade. Ou, como diz Morin, por uma “lógica do vivente”: “Nós tivemos de abandonar um universo ordenado, perfeito, eterno, por um universo em devir dispersivo, nascido no cenário onde entram em jogo, dialeticamente - isto é, de maneira ao mesmo tempo complementar, concorrente e antagônica - ordem, desordem e organização... É por isso que todo conhecimento da realidade que não é animado e controlado pelo paradigma da complexidade está condenado a ser mutilado e, neste sentido, à falta de realismo” (MORIN, 1993:69; 148). O paradigma da racionalidade técnica, concebendo o mundo como um “universo ordenado, perfeito”, admitindo que é preciso apenas conhecê-lo e não transformá-lo, acaba por naturalizar também as desigualdades sociais, por exemplo. Elas deveriam ser aceitas porque o mundo é assim e é “natural” que seja assim. A racionalidade técnica acaba justificando a injustiça e a iniquidade.

6^a - **Consciência planetária** que desenvolve a *solidariedade planetária*. Um planeta vivo requer de nós uma consciência e uma cidadania planetárias, isto é, reconhecermos que somos parte da Terra e que podemos, viver com ela em harmonia - participando do seu devir - ou podemos perecer com a sua destruição. Segundo Francisco Gutiérrez a razão de ser da planetariedade e sua lógica são consequência tanto de uma nova era científica - não deixar a ciência só para os cientistas - quanto do “recente descobrimento da terra como um ser vivo” (GUTIÉRREZ, 1996:3).

Essas são também as características de uma “sociedade sustentável”, o que nos leva a concluir que não há “desenvolvimento sustentável” sem “sociedade sustentável”.

Não resta dúvida de que esta concepção do desenvolvimento coloca em cheque o **consumismo** do modo de produção capitalista, principal responsável pela degradação do meio ambiente e pelo esgotamento dos recursos materiais do planeta. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social, não só distancia cada vez mais ricos e pobres, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, globalizadores e globalizados. Na era da globalização, o capitalismo está criando, em escala mundial, um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas que se aproximam do fascismo. Ele “não nos traz apenas o produto, traz-nos formas de organização social que destroem a nossa capacidade de utilizá-lo adequadamente.

Assistimos impotentes à bestificação de crianças e adultos frente à televisão, ao fato de passarmos cada vez mais tempo trabalhando intensamente para comprar mais coisas destinadas a economizar o nosso tempo. Vemos simultaneamente o impressionante avanço do potencial disponível e somos incapazes de transformar este potencial numa vida melhor... Enquanto aumenta o volume de brinquedos tecnológicos nas lojas, escasseiam o rio limpo para nadar ou pescar, o quintal com as suas árvores, o ar limpo, água limpa, a rua para brincar ou passear, a fruta comida sem medo de química, o tempo disponível, os espaços de socialização informal. O capitalismo tem necessidade de substituir felicidades gratuitas por felicidades vendidas e compradas” (Ladislau Dowbor in FREIRE, 1995:12-13).

2 - Ecopedagogia: movimento pedagógico e abordagem curricular

A palavra ecologia foi criada em 1866 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), como um capítulo da biologia, para designar o estudo das relações existentes entre todos os sistemas vivos e não-vivos entre si e com seu meio ambiente. Hoje podemos distinguir 4 grandes vertentes da ecologia: a *ecologia ambiental* - que se preocupa com o meio ambiente, a *ecologia social* - que insere o ser humano e a sociedade dentro da natureza e propugna por um desenvolvimento sustentável, a *ecologia mental* ou profunda - que estuda o tipo de mentalidade que vigora hoje e que remonta a vida psíquica humana consciente e inconsciente, pessoal e arquetípica e a *ecologia integral* - que parte de uma nova visão da Terra surgida quando, nos anos 60, ela pôde ser vista de fora pelos astronautas (BOFF, 1996). “A era planetária começa com a descoberta de que a Terra é apenas um planeta” (MORIN, 1993:16).

A *ecologia natural* se referia apenas à preservação da natureza. A *ecologia social integral* se refere à qualidade de vida. Como se traduz na educação o princípio da sustentabilidade? Ele se traduz por perguntas como: até que ponto há sentido no que fazemos? Até que ponto nossas ações contribuem para a qualidade de vida dos povos e para a sua felicidade?. A sustentabilidade é um princípio reorientador da educação e principalmente dos currículos.

A ecopedagogia pode ser vista tanto como um movimento pedagógico quanto como uma abordagem curricular.

1 - A ecopedagogia como **movimento pedagógico**.

Como a ecologia, a ecopedagogia também pode ser entendida como um movimento social e político. Como todo movimento novo, em processo de evolução ele é complexo e muitas vezes mal entendido, como as expressões “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente”. Ao contrário dos termos “educação” e “saúde” - que correspondem a áreas bastante conhecidas pela população - a expressão “meio ambiente” é quase totalmente ignorada. A população conhece o que é lixo, asfalto, barata... mas não entende a questão ambiental na sua significação mais ampla. Daí a necessidade de uma ecopedagogia, uma pedagogia para o desenvolvimento sustentável.

A ecopedagogia como movimento social e político surge no seio da Sociedade Civil, nas organizações tanto de educadores quanto e de ecologistas e de trabalhadores e empresários preocupados com o meio ambiente. A Sociedade Civil vem assumindo a sua cota de responsabilidade diante da degradação do meio ambiente percebendo que apenas através uma *ação integrada* é que essa degradação pode ser combatida. Os movimentos sociais e populares e as Organizações Não-Governamentais têm alertado os governos e a própria sociedade sobre os danos causados ao meio ambiente e aos seres humanos por políticas públicas anti-sustentáveis. Foram principalmente as ONGs que mais se empenharam, nos últimos anos, para superar os problemas causados pela

degradação do meio ambiente. Da mesma forma, antecipando-se às iniciativas do Estado, as Organizações Não-Governamentais é que estão se movimentando mais na busca de uma *pedagogia do desenvolvimento sustentável*, entendendo que sem uma ação pedagógica efetiva, de nada adiantarão os grandes projetos estatais de despoluição e de preservação do meio ambiente.

2 - A ecopedagogia como **abordagem curricular**.

A ecopedagogia implica uma reorientação dos currículos para que incorpore certos princípios defendidos por ela. Estes princípios deveriam, por exemplo, nortear a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos. Piaget nos ensinou que os currículos devem contemplar o que é significativo para o aluno. Sabemos que isso é correto, mas incompleto. Os conteúdos curriculares têm que ser significativos para o aluno e só serão significativos para ele se esses conteúdos forem significativos também para a saúde do planeta, para o contexto mais amplo.

Como buscar significado para o conhecimento fora de um contexto? Para compreender o que conhecemos não podemos isolar os objetos do conhecimento. É preciso, como diz Edgar Morin (1992:1-2) “recolocá-los em seu meio ambiente para melhor conhecê-los, sabendo que todo ser vivo só pode ser conhecido na sua relação com o meio que o cerca, onde vai buscar energia e organização”. Ora, os currículos monoculturais oficiais primam por ensinar história, geografia, química e física dentro de “categorias isoladas, sem saber, ao mesmo tempo, que a história sempre se situa dentro de espaços geográficos e que cada paisagem geográfica é fruto de uma história terrestre; sem saber que a química e a microfísica têm o mesmo objeto, porém, em escalas diferentes” (*Idem*).

Sem dúvida, a ecopedagogia também deverá influenciar a estrutura e o funcionamento dos **sistemas de ensino**. É sabido que os sistemas nacionais de educação nasceram no século passado sob o signo da pedagogia clássica, racionalista e centralizadora. A ecopedagogia propõe uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantismo dos sistemas atuais de ensino, propondo a descentralização democrática e uma racionalidade baseadas na *ação comunicativa* e que deverá influenciar também a formação dos novos sistemas de ensino (o “Sistema Único e Descentralizado de Educação Básica”, por exemplo). O princípio da gestão democrática - portanto da *autonomia* e da *participação* - é muito caro ao movimento ecopedagógico.

A pedagogia clássica construiu seus “parâmetros curriculares” baseada na memorização de conteúdos (a nossa tão difundida “pedagogia dos conteúdos” é filha do iluminismo como o demonstrou José Tamarit). A ecopedagogia insiste na necessidade de reconhecermos que as formas (*vínculos, relações*) são também conteúdos. Como essa pedagogia está preocupada com a “promoção da vida”, os conteúdos relacionais, as vivências, as atitudes e os valores, a “prática de pensar a prática” (Paulo Freire) adquirem expressiva relevância.

A ecopedagogia defende ainda a valorização da *diversidade cultural*, a garantia para a manifestação das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação e a redução do tempo de trabalho para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da *educação multicultural*.

Finalmente, a ecopedagogia não é uma pedagogia escolar. Ela não se dirige apenas aos educadores, mas aos habitantes da Terra em geral. Como afirma Francisco Gutiérrez, “estamos frente a duas lógicas que de modo algum devemos confundir: a lógica escolar e a lógica educativa” (GUTIÉRREZ, 1996:26). A educação para um desenvolvimento sustentável não pode ser confundida como uma educação escolar. A

escola pode contribuir muito e está contribuindo - hoje as crianças escolarizadas é que levam para os adultos em casa a preocupação com o meio ambiente - mas a ecopedagogia pretende ir além da escola: ela pretende impregnar toda a sociedade.

Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portando, a um *projeto utópico*: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.

Claro que a ecopedagogia não tem a pretensão de ser totalmente inédita. Ela se insere, como movimento, na evolução do próprio movimento ecológico como doutrina e como atitude diante da vida e que incluiu a corrente não-violenta do pensamento anarquista, o movimento pacifista e humanista, o próprio marxismo libertário e pensadores que “em diversos campos da ciência e do conhecimento têm adotado perspectivas globalizantes e voltadas para a libertação social e psicológica dos homens” (LAGO, 1984:41). A ecopedagogia insere-se também num movimento recente de renovação educacional que inclui a transdisciplinaridade e o holismo.

Um exemplo concreto da ecopedagogia como movimento social está hoje no trabalho realizado por muitas Organizações Não-Governamentais para que a Carta da Terra a ser proclamada pelas Nações Unidas não seja apenas “proclamada”, mas seja vivida pelos habitantes do planeta e construída coletivamente antes de ser proclamada. A pedagogia conteudista e burocrática se movimenta da oferta para a demanda: da proclamação iluminista para a ação sobre as pessoas. A ecopedagogia se movimenta da demanda para a oferta. Primeiro se vive, se experimenta, se elabora e depois se dá o nome e se proclama. Por que a demanda é importante? Por que de nada adiantaria proclamar burocraticamente direitos se eles não forem exigidos, se eles não forem demandados e criados debaixo para cima. Entendida dessa forma, a ecopedagogia é uma nova *pedagogia dos direitos* que associa os direitos dos humanos aos direitos da Terra.

3 - Da educação ambiental à ecopedagogia

Para entender melhor o movimento no qual está inserida a ecopedagogia é preciso relembrar alguns momentos desse debate. Pela importância que teve, devemos lembrar, por exemplo, da **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD/UNCED) que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), de 3 a 14 de junho de 1992. A única vez em que os países haviam se reunido para discutir a sobrevivência do planeta tinha sido em 1972, em Estocolmo (Suécia).

Além da Conferência oficial patrocinada pela ONU, ocorreu, paralelamente, o **Fórum Global 92**, promovido pelas entidades da Sociedade Civil. Participaram do Fórum mais de 10 mil representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) das mais variadas áreas de atuação de todo o mundo. Ele se constituiu num conjunto de eventos, englobando, entre outros, os encontros de mulheres, crianças, jovens e índios. Neste Fórum foi aprovada uma “Declaração do Rio”, também chamada de “Carta da Terra”, conclamando a todos os participantes para que adotassem o seu espírito e os seus princípios, em nível individual e através das ações concretas das ONGs signatárias. As ONGs se comprometeram ainda a iniciar uma campanha associada chamada “Nós somos a Terra”, pela adoção da Carta.

A **Carta da Terra** constituiu-se numa declaração de princípios globais para orientar a questão do meio ambiente e do desenvolvimento. Ela inclui os princípios básicos que deverão reger o comportamento da economia e do meio ambiente, por parte dos povos e nações, para assegurar “nosso futuro comum”. Ela pretendia ter a mesma importância que teve a “Declaração dos Direitos Humanos”, assinada pelas Nações Unidas em 1948. Contem 27 princípios com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, setores importantes da sociedade e o povo. Para conseguir o desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida para todos os povos, a Carta da Terra propõe que os Estados reduzam e eliminem padrões insustentáveis de produção e consumo e promovam políticas demográficas adequadas.

A Conferência das Nações Unidas foi também chamada de “Cúpula da Terra”, pois representou o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, com a participação de 175 países e 102 chefes de estado e de governo. Ela ficou conhecida como **ECO-92** ou, simplesmente, **RIO-92**.

Entre os muitos temas tratados na RIO-92, destacam-se: arsenal nuclear, desarmamento, guerra, desertificação, desmatamento, crianças, poluição, chuva ácida, crescimento populacional, povos indígenas, mulheres, fome, drogas, refugiados, concentração da produção e da tecnologia, tortura, desaparecidos, discriminação e racismo.

Cumprindo o seu objetivo de propor um modelo de desenvolvimento comprometido acima de tudo com a preservação da vida no planeta, a UNCED produziu importantes documentos. O maior e mais importante deles foi a **Agenda 21**. Trata-se de um volume composto de 40 capítulos com mais de 800 páginas, um detalhado programa de ação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento. Nele constam tratados em muitas áreas que afetam a relação entre o meio ambiente e a economia, como: atmosfera, energia, desertos, oceanos, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população.

As 175 nações presentes aprovaram e assinaram a “Agenda 21”, comprometendo-se a respeitar os seus termos. Ela representa a base para a despoluição do planeta e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, isto é, que não agrida o ambiente e não esgote os recursos disponíveis.

A **Rio+5**, um novo Fórum de organizações governamentais e não-governamentais, reunido no Rio de Janeiro em março 1997, avaliou os resultados práticos obtidos com os tratados assinados em 1992. Muitas das organizações e redes da Sociedade Civil e econômica participaram deste evento com o objetivo de revisar os progressos específicos em direção ao desenvolvimento sustentável e de identificar práticas, valores, metodologias e novas oportunidades para implementá-lo. Os participantes concluíram que os resultados obtidos com a Agenda 21, cinco anos depois (1992), eram ainda muito pequenas e que seria necessário passar para ações mais práticas, para além das grandes proclamações de princípios. Foi aprovada uma nova redação da “Carta da Terra”. Na avaliação de Leonardo Boff (1993:2), “se a RIO-92 não trouxe grandes encaminhamentos políticos objetivos, serviu para despertar uma cultura ecológica, uma preocupação universal com o destino comum do planeta... Temos uma nova percepção da Terra como imensa comunidade da qual somos parte e parcela, membros responsáveis para que todos possam viver em harmonia”.

As **organizações não-governamentais** são cada vez mais reconhecidas como vitais para o projeto, execução e obtenção de bons resultados do desenvolvimento sustentável. A promoção de um desenvolvimento durável necessitará de novas ferramentas para a análise e a resolução de problemas para os quais as ONGs vêm

acumulando experiência e reflexão. Elas se multiplicaram em todo o mundo e mostraram sua força política e econômica na RIO-92 e continuam demonstrando grande vitalidade. Foram consideradas como "os olhos da população" na Conferência da ONU e, depois, como interlocutoras obrigatórias entre os governos dos países pobres e as instituições financiadoras dos países ricos.

Uma média de 25 mil pessoas esteve presente diariamente para participar dos cerca de 350 eventos promovidos pelo **Fórum Global 92**. Participaram, durante 15 dias, cerca de 3 mil entidades, ambientalistas ou não, de diferentes países, das mais variadas partes do planeta.

A **educação ambiental** foi um dos temas de maior destaque deste mega-evento, sendo discutida especialmente na **Jornada Internacional de Educação Ambiental**, organizada pelo ICAE (Conselho Internacional de Educação de Adultos) com apoio de organizações não-governamentais, como o SUM (Serviço Universitário Mundial) e a ICEA (Associação Internacional de Educação Comunitária).

O resultado mais importante desse evento foi o lançamento, dia 7 de junho, do "*Tratado de Educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*". Destacamos alguns princípios básicos desse importante documento (TRATADOS DAS ONGs, s.d.:194-196):

1. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

2. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

3. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

4. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

5. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis.

6. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

A **educação ambiental**, também chamada de *ecoeducação*, vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico.

O Fórum Global 92 encaminhou à Conferência da UNCED 32 tratados com numerosas propostas. Pediam sobretudo a participação das ONGs, com direito a voz e voto, na tomada de decisões governamentais que afetam o ambiente.

A **abordagem comunitária** também foi amplamente ressaltada pelas ONGs, e, em particular, no que se refere ao papel da educação. Insistiu-se nas possibilidades abertas pelo trabalho comunitário em favor do desenvolvimento sustentável, em favor da proteção ambiental e da construção de uma comunidade saudável. A educação continua sendo a chave para esta nova forma de desenvolvimento.

A ecopedagogia não se opõe à educação ambiental. Ao contrário, a ecopedagogia supõe a necessidade de uma educação ambiental, a incorpora e estuda, como ciência da educação, os fins da educação ambiental e os meios de sua realização concreta. Foi justamente durante a realização do Fórum Global 92, no qual se discutiu muito a educação ambiental, que se percebeu a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável ou de uma *ecopedagogia*. A pedagogia tradicional, centrada sobretudo no escolar e no professor, não conseguia dar conta de uma realidade dominada pela globalização das comunicações, da cultura e da própria educação. Novos meios e uma nova linguagem precisam ser criados. Mas não só: seria necessário fundamentar esses meios e essa linguagem numa **ética** e numa **estética**. O uso intensivo da comunicação audiovisual, da educação a distância e das redes se impunha e exigiam uma nova *mediação pedagógica*. O debate estava apenas começando e dois anos depois, os textos de Francisco Gutiérrez ensaiavam a primeira resposta.

Contudo, para se firmar como uma pedagogia que responda a uma questão tão complexa quanto a do desenvolvimento sustentável, a ecopedagogia precisa trilhar ainda um longo caminho. E precisa não só do debate acadêmico e da construção teórica. Precisa sobretudo ser experimentada na prática. É o que está sendo feito com o movimento em torno da *Carta da Terra na perspectiva da educação*, um movimento organizado pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio da UNESCO, do Conselho da Terra, da Associação Internacional de Educação Comunitária e outras organizações e instituições.

4 - Da Demanda dos povos à Proclamação dos Direitos da Terra

A Proclamação dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas em 1948 partiu de um grupo de especialistas e negociada entre os Estados Membros da organização. Ela foi feita antes de consultar a “demanda”, embora ela tivesse se manifestado de diversas formas. A Sociedade Civil não participou ativamente de sua elaboração, inclusive porque o crescimento das organizações sociais deu-se sobretudo na segunda metade deste século.

Hoje, graças a um esforço que está mobilizando numerosas pessoas e instituições num imenso processo pedagógico, a proclamação dos “Direitos da Terra” ou, simplesmente a “Carta da Terra”, será precedida por um abrangente processo de **consulta**: parte-se da demanda dos povos para a promulgação dos direitos da Terra que incluem os direitos dos humanos. O Conselho da Terra, com sede na Costa Rica, em estreita cooperação com outras organizações, como a Cruz Verde, a Cruz Vermelha e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), vem lançado o debate para o interior da Sociedade Civil Mundial, com um extenso programa de consultas por áreas e por setores-chaves. A médio e longo prazos, esse processo de consulta deverá culminar com o fortalecimento da participação das diversas organizações da Sociedade Civil na sustentabilidade das comunidades e países em todo o mundo.

A **Carta da Terra** será proclamada no dia 1 de janeiro do ano 2000 pelas Nações Unidas, dando prosseguimento aos compromissos assumidos pelos Povos, Nações, Estados e Sociedade Civil, na **Rio-92**, tanto no Fórum Global quanto na UNCED (United Nations Conference on Environment and Development).

Entretanto, todos os esforços nesse sentido pouco adiantarão se a Carta da Terra representar apenas um conjunto de princípios elaborados por especialistas, negociados politicamente pelos governos e proclamados solenemente. É necessário que a Carta seja, acima de tudo, vivenciada no cotidiano das pessoas. Para que isso aconteça de fato, é fundamental o **processo coletivo de educação**, sistemático e organizado, que nos

assegure que, ao chegar ao ano 2000, o maior número possível de cidadãos do planeta, não apenas tenha tomado conhecimento do conteúdo da Carta, mas tenha participado ativamente da sua elaboração e tomado consciência de que um **futuro saudável da Terra** depende da criação de uma **cidadania planetária**.

Esta cidadania deve sustentar-se com base numa **ética integral** de respeito a todos os seres com os quais compartilhamos o planeta. Como construir na prática essa ética integral sem um processo educativo? Isso exige certamente uma nova compreensão do papel da educação, para além da transmissão da cultura e da aquisição do saber. Implica na construção de novos valores e novas relações. “Nosso futuro comum” depende de nossa capacidade de entender hoje a situação dramática na qual estamos devido à deterioração do meio ambiente. E isso passa por um processo de conscientização planetária.

Por isso, temos certeza de que os temas relacionados com o **desenvolvimento sustentável** e a **ecopedagogia** tornar-se-ão muito importantes nos debates educacionais das próximas décadas. Ao mesmo tempo, cremos que o papel da **educação comunitária** será decisivo para a mudança de **mentalidades** e **atitudes** em direção da sustentabilidade econômica.

Não basta apenas ler e informar-se sobre a degradação do meio ambiente. Sem um processo educativo, a *Carta da Terra* pode tornar-se mais uma declaração inócua de princípios. Foi com essas preocupações que a UNESCO, o PNUMA, Conselho da Terra e outras instituições internacionais como a ICEA (International Community Education Association), deram início a um esforço internacional e inter-institucional no sentido de desenvolver um processo educativo - tanto em nível formal quanto não-formal - que envolva a Sociedade Civil.

Como diz Francisco Gutiérrez (1994:6), há duas pedagogias opostas. A **pedagogia da proclamação** não dá ênfase aos interlocutores enquanto protagonistas. Pelo contrário, a **pedagogia da demanda**, porque parte dos protagonistas, busca, em primeira instância, a satisfação das necessidades não satisfeitas, desencadeando em consequência, um processo imprevisível, gestor de iniciativas, propostas e soluções.

Os processos pedagógicos exigidos pela **proclamação** são radicalmente diferentes dos exigidos pela **demanda**. Trata-se de dois discursos essencialmente diferentes: o estruturado rigorosamente racional, linear e lógico da proclamação e o vivencial, intuitivo, dinâmico, complexo e experiencial da demanda. O discurso da proclamação está feito e é praticamente perfeito (Por exemplo, a “Declaração dos Direitos Humanos”), e o discurso da demanda se faz e se refaz na cotidianidade e conseqüentemente é inacabado e imperfeito.

A *educação centrada no discurso da proclamação* exige uma pedagogia vertical, impositiva, porque está precisamente baseada em mensagens, em “comunicados” - como diz Paulo Freire - e conteúdos que devem ser transmitidos. A proclamação se limita a uma pedagogia propositiva e conceitual em todas as dinâmicas. A “participação” está mais em função daquele que ensina e do conteúdo que é ensinado do que naquele que aprende.

A *educação centrada na demanda*, ao contrário da primeira, exige uma pedagogia da intercomunicação a partir da cotidianidade dos interlocutores. Nessa pedagogia as dinâmicas e a participação nascem da própria realidade vivenciada que é o que realmente imprime sentido ao processo.

O processo de elaboração da Carta da Terra está ainda em pleno andamento. Contudo, segundo os documentos já elaborados, podemos assinalar seus principais **eixos** que são ao mesmo tempo os valores nos quais deve sustentar-se a ecopedagogia:

1º - Sacralidade, diversidade e interdependência da vida;

- 2º - Preocupação comum da humanidade de viver com todos os seres do planeta;
- 3º - Respeito aos Direitos Humanos;
- 4º - Desenvolvimento sustentável;
- 5º - Justiça, equidade e comunidade;
- 6º - Prevenção do que pode causar danos.

São grandes chaves político-pedagógicas que traduzem sobretudo o desejo de construir uma humanidade menos opressiva do que aquela que construímos até hoje. Contudo, o necessário grau de generalidade desses eixos, não pode nos distanciar de uma prática pedagógica concreta. Por isso nos perguntamos: o que podemos fazer no interior de um movimento como o da *Carta da Terra*, partindo desses eixos?

Além de participar como cidadãos, creio que podemos, como educadores populares, tornar a Carta da Terra um pretexto para organizar um movimento em torno das condições de vida dos excluídos dos benefícios do desenvolvimento. O tipo de desenvolvimento sustentado na delapidação dos recursos materiais está beneficiando cada vez menos pessoas. A mudança de paradigma econômico é condição necessária para estabelecer um desenvolvimento com equidade.

Portanto, a luta ecológica não é nada elitista, como sustentam alguns, mesmo que o “discurso ecológico” (não a prática) seja muitas vezes manipulado pelo capital. Como diz Antônio Lago (1984:56), “os mais pobres são os que recebem com maior impacto os efeitos da degradação ambiental, com o agravante de não terem acesso a condições favoráveis de saneamento, alimentação, etc., e não poderem se utilizar dos artifícios de que os mais ricos normalmente se valem para escapar do espaço urbano poluído (casas de campo, viagens, etc.)”. Segundo Stephen Jay Gould (1993:4), o movimento conservacionista - que precedeu ao movimento ecológico - surgiu como uma “tentativa elitista dos líderes sociais ricos no sentido de preservar áreas naturais como domínios para o lazer e a contemplação dos privilegiados”. O que é necessário é se livrar desta visão do ambientalismo como algo “oposto às necessidades humanas imediatas, especialmente as necessidades dos pobres”. O ser mais ameaçado pela destruição do meio ambiente é o ser humano e dentre os seres humanos os mais pobres são as suas principais vítimas.

O movimento ecológico, como todo movimento social e político, não é um movimento neutro. Nele também, como movimento complexo e pluralista, se manifestam os interesses de grandes corporações. O que nos interessa, enquanto educadores, não é combater todas as formas de sua manifestação, mas entrar no seu campo e construir, a partir do seu interior, uma perspectiva popular e democrática de defesa da ecologia. Ele pode ser um espaço importante de luta em favor dos seres humanos mais empobrecidos pelo modelo econômico capitalista globalizado. Mas trata-se, acima de tudo, de salvar o planeta. Sem que o planeta seja preservado, as lutas por melhores relações sociais, pela justa distribuição da riqueza produzida etc. perdem sentido, pois de nada adiantarão estas conquistas se não tivermos um planeta saudável para habitar.

Uma das formas de participar dessa luta é reunir pessoas e instituições para discutir o que fazer com a Terra. Partindo das coisas cotidianas ou dos dados dramáticos sobre a degradação da qualidade de vida de todos os habitantes da Terra, podemos nos interrogar sobre o que está se passando e sobre o nosso papel podemos ter em relação a essa questão. Nós, conscientemente ou não, somos parte deste problema.

Coerentes como uma ecopedagogia, no final de cada discussão, precisamos mostrar os caminhos da ação, isto é, o que nós podemos fazer para mudar, seja em nível *pessoal*, seja *socialmente*, institucional e coletivamente. Não podemos separar a ecopedagogia, da **cotidianidade**.

A pedagogia tradicional considerava a esfera do cotidiano muito “pequena” para ser levada a sério. Hoje estamos cientes de que, por exemplo, a lágrima de um aluno na classe ou o desenho de uma criança na rua, podem ser considerados como grandes livros, se soubermos fazer uma análise em profundidade. A partir de manifestações simples da cotidianidade podemos descobrir a complexidade das questões mais amplas e gerais da humanidade. A ecologia parece particularmente sensível à essa relação entre o geral e o particular.

5 - Ecopedagogia e globalização da cidadania

Como falar de cotidianidade no contexto da globalização? Qual o sentido de uma ecopedagogia fundada na cotidianidade, diante dos efeitos perversos da globalização? Eis algumas perguntas que a ecopedagogia deve enfrentar.

A globalização como fenômeno desse final de século, impulsionado sobretudo pela tecnologia, parece determinar cada vez mais nossas vidas. As decisões sobre o que nos acontece no dia-a-dia parecem nos escapar, por serem tomadas muito distante de nós, comprometendo nosso papel do sujeitos da história. Mas não é bem assim. Como fenômeno, como processo, a globalização tornou-se irreversível, mas não esse tipo de globalização à qual estamos submetidos hoje - a globalização capitalista - cujos efeitos mais imediatos são o desemprego, o aprofundamento das diferenças entre os poucos que têm muito e os muitos que têm pouco, a perda de poder e autonomia dos países globalizados, etc. Há pois que distinguir os países que hoje comandam a globalização - os globalizadores (países ricos) - dos países que sofrem a globalização, os países globalizados (pobres).

Dentro deste complexo fenômeno podemos distinguir também a **globalização econômica**, realizada pelas transnacionais, da **globalização da cidadania**. Ambas se utilizam da mesma base tecnológica, mas com lógicas opostas. A primeira, submetendo Estados e Nações, é comandada pelo interesse capitalista; a segunda globalização é a realizada através da organização da Sociedade Civil. A Sociedade Civil globalizada é a resposta que as ONGs estão dando hoje à globalização capitalista. Neste sentido, o **Fórum Global 92** se constituiu num evento dos mais significativos deste final de século: deu grande impulso à globalização da cidadania. Hoje, o debate em torno da **Carta da Terra** está se constituindo no fator mais importante de construção desta cidadania planetária. Portanto, qualquer pedagogia, pensada fora da globalização e do movimento ecológico, tem hoje sérios problemas de contextualização.

O movimento ecológico e a globalização estão abrindo novos caminhos não só para a educação mas também para a cultura e a ciência. A fragmentação vai sendo gradativamente substituída por uma análise que leva em conta muitos e variados aspectos. O pensamento fragmentado que simplifica as coisas e destrói a possibilidade de uma reflexão mais ampla sobre questões da própria sobrevivência da humanidade e do planeta, vai aos poucos sendo substituído pela **transdisciplinaridade**. “A tradicional separação entre as disciplinas de humanas, exatas e naturais, perde sentido, já que o que se busca é o conhecimento integrado de todas elas para a solução dos problemas ambientais” (REIGOTA, 1994:26). A partir da problemática ambiental vivida cotidianamente pelos mais próximos na família, na escola, na empresa, na biografia de cada um, nas suas histórias de vida, processa-se a consciência ecológica e se opera a mudança de mentalidade.

A ecopedagogia não quer oferecer apenas uma nova visão da realidade. Ela pretende reeducar o olhar ou, como diz Edgar Morin, o “olhar sobre o olhar que olha” (PETRAGLIA, 1997). Reeducação do olhar significa desenvolver a atitude de observar a

presença de agressões ao meio ambiente, criar hábitos alimentares novos, observar o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. e intervir no sentido de reeducar o habitante do planeta.

No Instituto Paulo Freire temos defendido nos últimos anos o que chamamos de “escola cidadã” e de “pedagogia da práxis”. Como chegamos a eleger hoje a ecopedagogia como um tema central de preocupação do Instituto sem perder as bandeiras até agora sustentadas?

O caminho que o IPF trilhou para chegar à ecopedagogia foi o resultado da sua própria reflexão e intervenção na prática educativa contextualizada hoje. A **escola cidadã**, como a defendemos, enquadra-se perfeitamente nas preocupações da ecopedagogia, na medida em que seu suposto básico é que cada escola construa o seu projeto político-pedagógico. A autonomia é também uma característica da ecopedagogia. A **pedagogia da práxis**, inserida na tradição marxista renovada da pedagogia, também não se contrapõe à ecopedagogia como pedagogia libertadora.

Creemos que tanto uma como outra de nossas primeiras bandeiras têm a ganhar com a ecopedagogia na medida em que ela contribui para alargar o horizonte das propostas defendidas pelo IPF. Tanto no caso da Escola cidadã quanto no caso da Pedagogia da práxis, a ecopedagogia agrega mais um valor que é o valor da “cidadania planetária” (GUTIERREZ, 1996). Como cidadãos do planeta nos sentimos como seres convivendo no planeta Terra com outros seres vivos e inanimados. Esse princípio deve orientar nossas vidas, nossa forma de pensar a escola e a pedagogia.

A cultura oriental, ao contrário da nossa (ocidental e cristã) poderia aqui ser evocada para dar suporte a essa “integração” com a natureza: “Isto é uma pedra, mas daqui a algum tempo talvez seja terra, e a terra se transformará numa planta, ou num animal, ou ainda num homem... Não lhe tributo reverência ou amor, porque ela um dia talvez possa se tornar isso ou aquilo, senão porque é tudo isso, desde sempre e sempre. E precisamente por ser ela uma pedra, por apresentar-se-me como tal, hoje, neste momento, amo-a e percebo o valor, o significado que existe em qualquer uma das suas veias e cavidades, nos amarelos e nos cinzas da sua coloração, na sua dureza, no som que lhe extraio ao bater nela, na aridez ou na umidade da sua superfície” (HESSE, 1994:153). Herman Hesse, que recebeu, em 1946, o Prêmio Nobel de Literatura com seu livro *Sidarta*, expressa nessa passagem a profunda unidade que existe entre todos os seres, animados ou não, com os quais dividimos o planeta.

Vivemos numa época de **transição paradigmática** da sociedade e da escola. A chamada “esquerda” está em crise de busca, dentro de suas convicções, de um novo *quadro teórico* que supere o dilúvio neoliberal atual. Isso significa que devemos abandonar nossos sonhos de igualdade e justiça e decretar o “fim da história”? Não. Ao contrário, nesse contexto de crise paradigmática, precisamos fazer valer as nossas utopias de sempre, como o espaço público não estatal, criado por iniciativas como a do “orçamento participativo” da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A descentralização, a autonomia e a participação também são aceitas pelos neoliberais. Porém eles as utilizam com outra lógica de poder. Nós as utilizamos na construção da contra-hegemonia neoliberal.

As relações entre Estado e Sociedade estão evoluindo no sentido indicado por Habermas no que ele chama de “paradigma da ação comunicativa” e que Paulo Freire chama de “paradigma da ação dialógica”. A parceria entre Estado e Movimentos Sociais Populares, como a que foi realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (1989-1992) com o “Programa MOVA-SP” (Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo) é uma demonstração disso (GADOTTI, 1996). O *paradigma do conflito* (Marx) que orientava nossa ação durante o capitalismo concorrencial, parece menos eficaz hoje,

no contexto do capitalismo monopolista e globalizado, do que o *paradigma da ação comunicativa* (Habermas). Talvez precisemos articular ambos, já que a crise não é apenas de paradigmas, mas da própria noção de paradigma como uma visão totalizadora do mundo.

Afirmar a necessidade da “ação comunicativa” não significa que negamos a existência dos conflitos de classe. Eles continuam existindo enquanto houver classes sociais. Apenas que a *participação cidadina*, diante das tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e padrões de relação clientelistas, meritocráticas, no Estado moderno, tornou-se um instrumento mais eficaz para reforçar os *laços de solidariedade* e criar a contra-hegemonia do que nossas antigas estratégias de fortalecimento burocrático do Estado. Entre o Estado mínimo e o Estado máximo, existe o Estado “necessário”, como costuma nos dizer nosso colega do IPF, o cientista político José Eustáquio Romão.

O Estado pode e deve fazer muito mais no que se refere à **educação ambiental**. Mas, sem a participação da sociedade e uma formação comunitária para a cidadania ambiental, a ação do Estado será muito limitada. Cada vez mais, neste campo, a participação e a iniciativa das pessoas e da sociedade é decisiva.

Não se pode dizer que a ecopedagogia representa já uma tendência concreta e notável na educação brasileira. Se ela já tivesse suas categorias definidas e elaboradas, ela estaria totalmente equivocada, pois uma perspectiva pedagógica não pode nascer de um discurso elaborado por especialistas. Ao contrário, o discurso pedagógico elaborado é que nasce de uma prática concreta, testada e comprovada. Assim, o que podemos fazer no momento é apenas apontar **algumas pistas**, algumas experiências, realizadas ou em andamento, que indicam uma certa direção a seguir. E esperar que os pesquisadores atentem para essa realidade, a investiguem, possam compreendê-la com mais profundidade e elaborem sua teoria.

Além dos exemplos apontados acima, gostaria de mencionar mais dois: o trabalho desenvolvido no Município de Diadema (SP) e o realizado pela Creche Oeste da Universidade de São Paulo.

O projeto “Uma fruta no quintal” da Prefeitura Municipal de Diadema distribui aos alunos de escolas de primeiro grau sementes gratuitas de árvores frutíferas, proliferando mais verde na cidade e conscientizando as crianças sobre a importância das árvores e a necessidade de melhorar o meio ambiente. Toda uma programação, que envolve teatro, discussão nas escolas, festividades, danças, etc. envolve a implementação do projeto, visando a formação da consciência ecológica. As mães dos alunos são convocadas para cursos de reaproveitamento de alimentos, recebendo uma cartilha e aprendendo a reutilizar sobras, cascas de alimentos e utilizar as frutas da época. É um exemplo, entre tantos que poderiam ser citados, da importância da escola e do papel do Estado na educação ambiental.

A Creche Oeste da USP atende filhos de funcionários, de docentes e de alunos com idade entre quatro meses e sete anos. Com restos de comida que sobram das refeições das crianças, esta Creche criou uma composteira (projeto “USP Recicla”). Os restos orgânicos correspondem a 90% dos resíduos da creche. Todos os integrantes desta creche estão envolvidos neste processo de transformação de algo que era desprezado, “jogado fora”, em algo que fortalece e condiciona o solo. Crianças e adultos participam de todas as etapas do processo de compostagem, desde a separação dos resíduos orgânicos, até o ensacamento do composto já pronto e com cheiro de terra. Assim, refletem sobre o desperdício, sobre a reutilização de algo que era desprezado, vivenciam valores e sentimentos de cooperação e efetivamente preservam e melhoram o meio ambiente.

O filósofo francês Michel Maffesoli nos fala de *poder* e *potência*, indicando, pelo primeiro, o exercício da dominação político-econômica e, pela segunda, a resistência na Sociedade Civil que se manifesta positivamente pela participação. Exemplos como os acima, brevemente descritos, nos mostram um movimento vivo e que parece representar muito bem essa potência. Eis um outro exemplo singelo dessa “potência”, nascida de uma **consciência planetária** e com o qual pretendo terminar esse artigo.

Na semana do dia 5 de junho de 1996, dia mundial do Meio Ambiente, foi distribuído um cartão postal dos professores e estudantes de Itabirito (MG), com os seguintes dizeres:

Rio São Bartolomeu

*Bartolomeu foi nome de batismo.
Era belo e límpido, junto de ti brincavam as crianças,
bebia a criação, lavavam as mães as roupas.*

Cresceu e tornou-se São Bartolomeu.

*Andei nas suas margens e em suas águas
Vi turvos os nossos olhos, mal cheirosos os nossos lixos,
estúpidas as nossas atitudes*

*És o reflexo de nós mesmos
Esta é a tua singularidade - refletir o que a
tua volta está.*

*Andei nas suas margens e a sua volta
Vi as antenas “paranóicas” da paranóia coletiva
A TV a cabo dando cabo à vida.
O lixo das ruas e as crianças do lixo...*

*Mas existe outra margem do rio.
E é dela que queremos falar.
Caminhar junto as vossas margens,
ao teu lado reaprendendo olhar o céu feito em ti.*

*A luz do sol.
O sorriso das crianças, a alegria de brincar na água
que só conhece quem já fez um dia.*

*Perdoai nossa estupidez.
Aceitai de bom grado nossa vontade
de ver refletido em vós a nossa consciência.
Aprender de ti, toda vossa sabedoria.*

*Que sejam todas as letras assim escritas,
todas as pessoas que de boa vontade
queiram caminhar nas vossas margens
A vossa bênção, Rio São Bartolomeu.*

Poesia também é luta! Muitos são os meios e espaços possíveis para a construção de um planeta saudável. Nós os encontraremos mais facilmente se tivermos

consciência ecológica. Todos os espaços são válidos para isso. Qualquer lugar do planeta, porque, como diz Fernando Pessoa, “eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura”.

BIBLIOGRAFIA

- ANGEL, Augusto. *Hacia una sociedad ambiental*. Bogotá, El Labrador, 1989.
- BATESON, Gregory. *Verso un'ecologia della mente*. Milano, Adelphi, 1976.
- BLAUTH, Patrícia. “Os resíduos educativos dos programas de reciclagem”. In *Jornal da USP*, agosto de 1994.
- BOFF, Leonardo. *Nova era: a civilização planetária*. São Paulo, Ática, 1994.
- . *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1995.
- . *Princípio-Terra: volta à Terra como pátria comum*. São Paulo, Ática, 1995.
- . “Leonardo Boff prega a ecologia da libertação”, entrevista a Elias Fajardo. In *Estado O de S. Paulo*, Caderno Especial, 6 de junho de 1993, p. 2.
- . “Desafios ecológicos do fim do milênio”. In *Folha de S. Paulo*, 12 de maio de 1996, p. 5-3.
- BRESSO, Mercedes. *Per un'economia ecologica*. Roma, Nuova Italia Scientifica, 1993.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo, Sudio Novel, 1993.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CASCINO, Fábio Alberti. *Da educação ambiental à ecopedagogia: reconstruindo um conceito, com base em uma análise complexiva e interdisciplinar*. São Paulo, USP, 1996 (Projeto de pesquisa).
- , Pedro Jacobi e José Flávio de Oliveira (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo, SMA/CEAM, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius e Daniel Cohn-Bendit. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CLUBE DE ROMA (Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers e William W. Behrens III). *Limites do crescimento*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado do meio ambiente*. São Paulo, CETESB, 1985.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo, Olho d'Água, 1995.
- GADOTTI, Moacir (org.). *Educação de Jovens e Adultos: a experiência do MOVA-SP*. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 1996.
- GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre, Artes Médidas, 1994.
- GAUDIANO, Edgar González. *Elementos estratégicos para el desarrollo de la educación ambiental en México*. México, Instituto Nacional de Ecología, 1994.
- GIDDENS, Antony. *Para além da direita e da esquerda*. Marília, EDUNESP, 1995.
- GIOLITTO, Pierre. *Educazione Ecologica*. Roma, Armando, 1983.
- GOLDENBERG, Mirian (org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

- GORE, Albert. *A Terra em balanço: ecologia e o espírito humano*. São Paulo, Augustus, 1993.
- GOULD, Stephen Jay. “É preciso arte para negociar com a Terra”. In *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial, 6 de junho de 1993, p. 3-4.
- GRUPO DE LISBONA. *I limiti della competitività*. A cura di Riccardo Petrella ; prefazione di Rossana Rossanda. Roma, Transizioni, 1995.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, Papyrus, 1989.
- GUTIÉRREZ, Francisco. *Pedagogia para el Desarrollo Sostenible*. Heredia, Costa Rica, Editorialpec, 1994.
- . *Ciudadania planetaria*. Heredia, mimeo, 1996.
- GUTIÉRREZ, Francisco e Daniel Prieto. *A mediação pedagógica: educação a distância alternativa*. Campinas, papyrus, 1994.
- . *La mediación pedagógica para la educación popular*. San José, Radio Nederland Training Centre, ICEA-LA/ILPEC, 1994a.
- HOGAN, Daniel e Paulo Freire Vieira (orgs). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, UNICAMP, 1992.
- HOGAN, Daniel. “Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável”. São Paulo, Revista *Lua Nova*, vol. 31, p. 57-78, CEDEC, 1993.
- ILLICH, Ivan. *Énergie et équité*. Paris, Seuil, 1972.
- . *A convivencialidade*. São Paulo, Europa-América, 1980.
- KRANZ, Patrícia. *Pequeno guia da Agenda 21 local*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1995.
- LAGO, Antônio e José Augusto Pádua. *O que é ecologia*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- LANGENBACH, Mirian. “Escola antiecológica”. In: *Jornal do Brasil*. Caderno “Idéias”, junho de 1994.
- LEIS, Hector (org.). *Ecologia e política mundial*. Petrópolis, vozes, 1991.
- MATSUSHIMA, Kazue. *Educação ambiental*. São Paulo, CETESB, 1987.
- MAZZONI, Alfredo (org.). *Ambiente, cultura, scuola*. Milano, Franco Angeli, 1988.
- MORIN, Edgar e Anne Brigitte Kern. *Terre-Patrie*. Paris, Seuil, 1993.
- MOSCA, Juan José e Luiz Pérez Aguirre. *Direitos humanos: pautas para uma educação libertadora*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- PETRAGLIA, Izabel Cristina. “Olhar sobre o olhar que olha”: a complexidade para além do holismo? Uma releitura de Edgar Morin. São Paulo, FE-USP, 1998 (Tese de doutoramento).
- PIKE, Graham e David Selvy. *Educação global: o aprendizado global*. São Paulo, Textonovo, 1999.
- RATTNER, Henrique. “Desenvolvimento sustentável: tendências e perspectivas”. In: *A Terra Gasta: a questão do meio ambiente*. São Paulo, EDUC, 1993.
- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ROCKEFELLER, Steven C. *Principles of Environmental Conservation and Sustainable Development: Summary and Survey*. Prepared for the Earth Charter Project, San José, Conselho da Terra, 1996.
- SERRES, Michel. *O contato natural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- SORRENTINO, Marcos. “Educação ambiental, participação e organizações ambientalistas”. In: *A Terra Gasta: a questão do meio ambiente*. São Paulo, EDUC, 1993.
- TAMARIT, José. *Educar o soberano*. São Paulo, IPF/Cortez, 1996.

TRATADO DAS ONGS - Aprovados no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, no âmbito do Fórum Global - ECO 92, Impresso pela Prefeitura Municipal de Santos (SP), s.d.

UNESCO. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e conscientização pública para a sustentabilidade. Brasília, IBAMA, 1999.

VIO GROSSI, Francisco. “La sociedad ecológica. Nuevos paradigmas, ecología y desarrollo”. In Carlos Contreras (org.). *El desarrollo social tarea de todos*. Comisión sudamericana de Paa, Seguridad y Democracia. Santiago de Chile, 1994.